



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura da XVIII Feira Internacional da Indústria Sucroalcooleira (Fenasucro) e da VIII Feira de Negócios e Tecnologia da Agricultura da Cana-de-Açúcar (Agrocana)

Sertãozinho-SP, 31 de agosto de 2010

Bem, meus companheiros e companheiras de Sertãozinho e da região,
Meu querido companheiro Wagner Rossi, ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento,

Meu querido companheiro Márcio Zimmermann, ministro de Minas e Energia,

E o companheiro Luiz Dulci, ministro da Secretaria [Secretaria-Geral] da Presidência da República,

Meu caro Nélcio Costa, prefeito de Sertãozinho,

Prefeitos e prefeitas Dárcy Vera, de Ribeirão Preto; Marco Ernani Luiz, de Altinópolis; Said Ibraim, de Barrinha; Adelino da Silva Carneiro, de Dumont; Gilberto Barbeti, de Morro Agudo; João Ricardo Fascineli, de Motuca; Ricardo da Silva Sobrinho, de Santo Antônio da Alegria; Oswaldo Baptista Filho, de São Carlos; Nelson Cavalheiro Garavazzo, de Serrana,

Meu caro Alexandre Aguiar, presidente da Conab,

Meu caro Miguel Rossetto, presidente da Petrobras Biocombustível,

Meu caro Adézio Marques, presidente do Ceise,

Companheiros Antonio Toniello, presidente de honra da Agrocana,

Rubens Ometto, presidente de honra da Fenasucro,

Nosso companheiro Élio Neves, presidente da Federação dos Empregados Rurais [Assalariados] do estado de São Paulo,

E nosso querido maestro Américo Batista, por intermédio de quem cumprimento todos os integrantes do coral Vozes do Campo, da Usina



Viralcool,

Meus caros amigos e amigas do setor sucroalcooleiro,
Companheiros da imprensa,
Amigos e amigas,

Não se assustem porque o discurso tem letra grande e ele será um pouco rápido, porque hoje o Corinthians completa cem anos e eu terei que estar na festa de cem anos do Corinthians hoje à noite. Como vai nascer um neto meu, agora, eu espero que ele nasça corintiano já e aumente a nossa...

Bem, eu vou ler, vou ler um pedacinho do meu discurso e depois eu queria dizer umas coisas para vocês.

Antes de mais nada, eu queria lembrar que o nosso compromisso com o desenvolvimento do etanol brasileiro não é de agora. Já na campanha de 2002, dissemos que uma das prioridades da nossa candidatura era o resgate da agroenergia brasileira. Por incrível que pareça, Wagner Rossi, isso está escrito no programa da minha candidatura de 2002. Jamais eu imaginei que um ano depois nós estaríamos lançando um programa de biodiesel no Brasil. E dissemos isso num momento desfavorável, em que o combustível da cana-de-açúcar sofria o descrédito do consumidor e parecia abandonado pelo Estado brasileiro.

O preço do petróleo, então, havia recuado para a faixa de US\$ 23 dólares por barril, contra algo em torno de US\$ 76 atualmente. Talvez se imaginasse, naquele momento, que as cotações do petróleo nunca mais subiriam. Por certo, também, não existia no Estado brasileiro a visão estratégica de que o combustível renovável produzido por nós desempenharia um papel decisivo no futuro da agenda ambiental.

O fato é que o nosso governo apostou no resgate do Proálcool e a aposta revela-se cada vez mais acertada. Hoje o Brasil é o segundo maior produtor mundial. Temos a maior frota de veículos movida à base de etanol em



todo o mercado internacional. Nossa agroenergia é referência de competitividade mundial e o etanol já se tornou um eficaz embaixador verde-amarelo nas parcerias que estamos construindo com países amigos da África e da América Latina.

Em todo o mundo, a produção global de etanol é da ordem de 67 bilhões de litros. Nesta safra, apesar da seca, o Brasil fará sozinho o equivalente a 26 bilhões de litros de álcool, um crescimento de 11% sobre o ano de 2009. Em 2020, o consumo mundial alcançará 210 bilhões de litros, ou seja, o etanol será responsável por uma fatia de 20% do uso total de combustíveis no planeta Terra.

Temos credenciais tecnológicas, agrícolas e estratégicas para liderar a escalada de um dos mais promissores combustíveis renováveis do século XXI. O etanol brasileiro já substitui 25% da gasolina utilizada em nosso país. Utiliza para isso menos de 1% da área agrícola brasileira.

Eu sei que a maioria dos empresários do setor têm que conhecer esses números “de cor e salteado” para o nosso embate cotidiano com os nossos concorrentes, mas é sempre importante que a nossa gloriosa imprensa saiba das coisas para ela poder divulgar o que acontece nesse mundo, e que depois eu vou dizer o que vai acontecer na COP-16, no México, este ano.

Nos Estados Unidos, o álcool do milho precisa de pelo menos 3,5% do total das terras agrícolas para substituir somente 0,5% da gasolina consumida pelos norte-americanos. Na União Europeia seria necessário realocar quase 75% do espaço agrícola para alcançar modestos 10% de substituição da gasolina e do diesel para os consumidores.

O fato é que, matematicamente, a indústria brasileira do álcool combustível é a mais eficiente e a mais competitiva de todo o planeta Terra. Além de custar quase três vezes menos que o similar norte-americano, o etanol da cana gera oito vezes mais energia do que gasta na produção e reduz em 60% as emissões de poluentes, em comparação com a gasolina.



Nada disso aconteceu por acaso. Decisões políticas foram tomadas para que chegássemos até a liderança mundial. Criar o Proálcool em [19]75 foi uma decisão eminentemente política do Estado brasileiro. Nós sabemos, nós sabemos que foi exatamente nesse período que a cana-de-açúcar, que em [19]73 estava quase US\$ 1.200 a tonelada, despencou. Todo mundo tinha plantado açúcar e, ao não saber o que fazer com o açúcar, alguém teve a ideia engenhosa de criar o Proálcool. Na época, muitos de nós éramos contra e hoje, muitos que eram contra, eram [são] favoráveis. Pois bem, resgatá-lo em 2003 foi uma iniciativa de natureza estratégica.

Eu queria me pegar aqui um pouco no discurso do representante dos trabalhadores e no discurso do representante dos empresários, para mostrar que o avanço não é apenas do etanol, o avanço não é apenas da qualidade. O avanço é da humanização das relações humanas que nós conseguimos construir nesses oito anos.

Eu sei que muitos amigos tinham medo de mim, medo, dúvidas, incerteza “O que é que esse cara vai fazer? Vai acabar, vai fazer não sei das quantas”, eu sei disso. E eu sei que também nós tínhamos muitas dúvidas sobre o comportamento dos empresários do setor, muitas dúvidas. Eu fiz questão de dizer que usineiro, no Brasil, era tratado como pastor evangélico. Os políticos modernos utilizam os usineiros na época de financiamento de campanha, mas depois têm vergonha de dizer que são amigos dos usineiros. E eles utilizam o voto dos evangélicos e depois não têm coragem de tirar fotografia do lado de um pastor porque acham que isso diminui o comportamento dele.

Como eu acho que isso é puro preconceito, e eu sou um homem sem preconceitos... aprendi, por ser vítima de preconceito, a estabelecer uma tese simplista. Quando é que um homem e uma mulher se casam? Quando se conhecem, quando convivem e quando começam a se gostar, se casam. Se não se conhecessem, não casariam nunca.



Como é que a gente está podendo estabelecer essa relação extraordinária, que já virou até mais do que casamento? Na medida em que nós nos conhecemos, na medida em que o governo descobriu a importância do etanol para a matriz energética brasileira, na medida em que o governo descobriu que já tinha empresários altamente competentes trabalhando no setor, na medida em que o governo descobriu que já tinha tecnologia suficiente, na medida em que o governo descobriu que não precisaria inventar nova roda. Era apenas tentar estabelecer uma relação com aquela roda já existente, e eu não tenho medo de dizer, não tenho medo de dizer: nunca antes na história do país houve uma relação tão sadia como a relação que nós estabelecemos com o setor sucroalcooleiro no Brasil. Uma relação de lealdade, uma relação de trabalho, uma relação em que vocês reivindicam aquilo que vocês entendem que devem reivindicar. O governo atende, com seriedade aquilo que é possível atender e diz não àquilo que não é possível atender.

Mas era preciso construir o segundo passo. Qual era o segundo passo? Humanizar o setor sucroalcooleiro. Por que humanizar? Não apenas porque os trabalhadores gostam de viver melhor, de trabalhar melhor, de ganhar melhor, de comer melhor, de ter água gelada, de ter banheiro, de ter uma comidinha quente, mas também porque quando o Brasil se tornou artista principal no mercado internacional das energias alternativas, o Brasil também passou a ser vítima de ataques injustos.

Quando veio a crise de julho de 2007, a crise dos alimentos, a primeira coisa que fizeram foi dizer que o preço da soja estava aumentando porque o Brasil estava ocupando toda a terra agricultável com cana-de-açúcar. E aí nós não tivemos medo, e é por isso que eu tenho um orgulho imenso de não ter vergonha de dizer que com a mesma ênfase que eu defendo um trabalhador em qualquer lugar do mundo, eu defendo um empresário brasileiro em qualquer lugar do mundo porque eu sei da competitividade.

Quando o Brasil virou o primeiro exportador de sucos do mundo, o



primeiro exportador de café do mundo, o primeiro exportador de carne do mundo, um grande exportador de álcool, obviamente que nós temos adversários querendo vender nos mesmos países que nós vendemos, querendo disputar cada centavo, e aí começam a atacar os nossos produtos.

E nós não tivemos dúvida de ir a Copenhague desfazer a desfaçatez dos países ricos com relação aos países emergentes. Fomos a Copenhague para dizer em alto e bom som que, na verdade, não existia, por parte do mundo desenvolvido, nenhum interesse em cumprir o Protocolo de Quioto. O que eles queriam era inibir os países em desenvolvimento de terem a mesma capacidade de desenvolvimento deles. E nós fomos lá para dizer para eles que a gente não aceitava inibir o desenvolvimento do Brasil, que nós queremos que o trabalhador brasileiro tenha o mesmo padrão de vida que tem os trabalhadores deles, e nós não aceitávamos a ideia de passar mais um século pobres. E fomos mostrar para eles que se tinha alguém que cuidava do meio ambiente era a produção de etanol brasileiro, porque a gente sequestra o carbono quando a gente planta cana e ela está crescendo, e a gente emite menos gases quando começa a utilizar na gasolina. Ora, então, qual é a dúvida que tem? Vai plantar álcool de beterraba, de canola, de milho?

Então, esse é um debate, meu caro, que nós resolvemos enfrentar juntos e essa coisa da União, coordenada pelo companheiro Dulci, de tentar estabelecer a humanização do mundo do trabalho na cana-de-açúcar é uma coisa extraordinária.

Eu, Helio, como você, como você, durante muito tempo eu tinha medo. “Ah, vai vir a máquina agora, e o que você vai fazer com os trabalhadores?” Ora, nós temos consciência de que se o trabalhador puder ter uma oportunidade, em um serviço melhor, mais humano do que ficar cortando cana, nós temos que dar a ele oportunidade e não temos que ter medo da máquina, não temos que ter medo. O que nós temos é que criar, como estamos fazendo, novas oportunidades de trabalho para esses trabalhadores não precisarem ser



cortadores de cana, que eles possam ser outra coisa qualquer para ganhar até um salário maior e ter uma atividade, eu diria, de melhor qualidade.

Por isso, parabéns ao setor, tanto dos trabalhadores quanto dos empresários, por esse amadurecimento. Se eu não tivesse feito nada e tivesse só ouvido os discursos de vocês dois hoje, aqui, eu já poderia ir embora para Brasília tranquilo, dizendo que valeu a pena ser Presidente da República deste país nesses oito anos.

O etanol brasileiro é um caso exemplar de uma parceria bem-sucedida entre o Estado e a iniciativa privada, no desbravamento de uma nova fronteira de desenvolvimento. Vantagens de terra, sol e água existiam, mas nós sabemos que vantagens comparativas não definem, por si só, a história de um país. Depende de como elas são aproveitadas, depende do direcionamento que assumem na engrenagem produtiva da sociedade. Depende, sobretudo, dos seus desdobramentos na geração da riqueza e das oportunidades.

O Proálcool recebeu, do Estado brasileiro, investimentos da ordem de US\$ 16 bilhões desde 1975. Incentivos fiscais e ganhos de pesquisa foram transferidos à indústria sucroalcooleira para torná-la o que é hoje, com muito orgulho, a mais eficiente indústria do mundo.

Os que hoje criticam a capitalização do BNDES pelo governo, para garantir o fomento a diferentes setores da produção brasileira, esses, certamente, não teriam criado o Proálcool em 1975. Se dependesse deles, certamente o Brasil não produziria hoje entre sete a oito mil litros de álcool por hectare, contra a média de dois mil litros nos anos 70. Se dependesse deles, certamente não teríamos criado o biodiesel, que atingimos a cota de 5% no dia 1º de janeiro de 2010, quando a lei previa que seria em janeiro de 2013. Agora nós vamos ter que tomar uma decisão, meu caro Rossetto, de aumentar a meta em vez de 5% para 8% até 2013, para a gente continuar ocupando a nossa terra e produzindo combustível limpo. Se dependesse deles, nós não teríamos criado a usina de Belo Monte, que foi uma coisa marcante que



aconteceu na semana passada no Brasil.

Depois de 30 anos... tem engenheiro que se formou, trabalhou na elaboração da proposta de Belo Monte, se aposentou e não conseguiu sequer ver Belo Monte ser colocada em prática, por covardia de políticos que tinham medo do primeiro que gritasse que não era para fazer. Durante 20 anos foi proibido fazer estudos sobre a hidrelétrica de Belo Monte. Nós tomamos a decisão de fazer Belo Monte, e graças a Deus já foi feita a licitação, já ganharam os empresários, agora estamos só esperando que eles comecem a produzir uma hidrelétrica de onze mil megawatts, dos quais quase cinco bilhões foram destinados para cuidar dos problemas sociais das pessoas que moram em torno da usina.

Nós temos que mostrar para os nossos irmãos índios que eles não precisam ficar pescando de flecha, só. Eles podem aprender a criar (falha no áudio) em tanque, em tanque-rede, eles podem ter muito mais qualidade, podem ter muito mais peixes. Nós não podemos ver o nosso pequeno agricultor do lado de uma hidrelétrica sem ter uma água para irrigar a sua terra. Então, o Estado brasileiro também teve que assumir responsabilidade social para que a gente pudesse garantir Belo Monte ser colocada em prática.

Se dependesse deles, com certeza, não teríamos salvaguardas para garantir a exploração soberana do pré-sal em benefício de toda a sociedade brasileira.

Os acertos que acumulamos na área energética são inegáveis, mas não significa que tudo já foi feito e que não há lacunas a superar, inclusive no caso do etanol. A cana-de-açúcar foi a primeira lavoura do Brasil. Com ela, instalou-se aqui a maior plataforma exportadora de todo o mundo, em plena ordem colonial.

Ao lado da eficiência econômica, porém, sabemos que o ciclo da cana-de-açúcar marcou a nossa história com cicatrizes profundas da escravidão, e que suas consequências ainda condicionam, em certa medida, a desigualdade



brasileira.

Criado na época do regime militar, o Proálcool, originalmente, não teve o impulso de reconciliar a trajetória dessa lavoura com as justas aspirações de igualdade de milhões de homens e mulheres deste país.

A liderança conquistada tecnologicamente pela nossa agroenergia, deve agora vencer o desafio de associar ao etanol brasileiro o selo da sustentabilidade e o primado da justiça social. Estamos falando na criação de sucessivos acordos e protocolos democráticos que propiciem uma reacomodação entre a lógica da produção e as aspirações do interesse público. Creio que avançamos significativamente nesse rumo no passado.

O zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar, que anunciamos em 2009, é uma resposta do Brasil à crítica desinformada, que faz coro ao protecionismo internacional. Todos se recordam que no auge da crise mundial, o alimento foi responsabilizado e tentaram jogar a culpa em cima do Brasil, com vários artigos publicados em jornais e revistas estrangeiras. Depois, descobriu-se que era uma grande farsa. Em boa parte, todo mundo sabia, que a alta nas cotações dos alimentos foi o resultado da ação especulativa, que buscava abrigo nas *commodities* contra a explosão da bolha imobiliária americana.

No caso do etanol brasileiro, a tese do conflito inconciliável entre agroenergia e segurança alimentar era e continua sendo uma falsa leitura da realidade. Mesmo assim, nosso governo definiu medidas preventivas para assegurar que a expansão futura da lavoura canavieira se faça de modo responsável e sustentável em nosso país.

Vetamos a instalação de novas usinas e plantações em áreas de vegetação nativa: no Pantanal, na Amazônia, na caatinga, no cerrado ou em remanescentes da Mata Atlântica. O setor sucroalcooleiro nada perdeu. E, no todo, o Brasil ganhou com isso – preservamos nossas riquezas naturais –, e o etanol continua a dispor de pelo menos 70 milhões de hectares ociosos no



interior da fronteira agropecuária para plantar quantos pés de cana quisermos plantar. Mas houve um outro passo importante nessa reordenação histórica, esse de natureza social. Eu falo do compromisso assumido aqui, que já foi dito pelo Hélio e, portanto, eu não vou repetir, do acordo entre os trabalhadores e os usineiros.

Eu queria terminar dizendo para os companheiros que nós não estamos perdendo nada ao tentar encontrar, definitivamente, uma solução em que mais trabalhadores possam, em um congresso da indústria sucroalcooleira, fazer o discurso que fez o companheiro Hélio, aqui, que foi um dos mais importantes e combatentes dirigentes sindicais que nós conhecemos no setor.

Por último, companheiros e companheiras... Quando o chefe do cerimonial começa a andar para lá e para cá é porque ele está dizendo que está na hora de terminar o meu discurso, que a próxima agenda já está esperando.

Mas eu queria apenas dizer para vocês o seguinte: o Brasil vive um momento que eu considero quase um momento mágico da nossa história. Os que têm a minha idade, aqui, sabem perfeitamente bem do que eu estou falando. Nós somos um país de uma democracia incipiente. A juventude talvez não se lembre, mas nós estamos vivendo o mais prolongado período de democracia contínua da história do Brasil. Se a gente quiser pegar [19]85, quando o Sarney tomou posse, ou teve as eleições indiretas, ou se a gente quiser pegar a Constituição de [19]88, 5 de outubro de [19]88. Portanto, a nossa democracia é muito nova, ela ou tem 22 anos ou tem 23 anos, ela é muito nova. Eu acho que nós estamos dando um exemplo extraordinário, primeiro, de consolidação das nossas instituições altamente democráticas. Segundo, eu não acredito que tenha, no mundo, imprensa mais livre do que a nossa. Duvido que exista, no mundo... aliás, é um artigo do New York Times, deste mês, que mostra que tem poucos lugares do mundo em que a democracia reina tanto na imprensa brasileira, como aqui no Brasil [reina tanto



na imprensa, como aqui no Brasil]. Terceiro, o Parlamento age e funciona abertamente fazendo aquilo que lhe é direito de fazer.

Segundo, nós criamos instrumentos de fiscalização como nunca teve na história do Brasil. Hoje, quem é prefeito, quem é governador, quem é ministro e quer fazer uma obra, sobretudo na área de infraestrutura sabe o sacrifício: é quase que subir uma escadaria de mil degraus, de joelhos, com a vela acesa na mão para pagar uma promessa. Entre fazer o projeto... entre fazer o projeto, decidir fazer o projeto, fazer o projeto básico, conseguir licença prévia, depois passar pela tramitação do Tribunal de Contas, depois passar pela CGU, depois passar pelo Ministério Público, depois passar pelas licitações, depois passar pela briga entre as empresas que participaram da licitação – a que perdeu normalmente entra na Justiça.

Eu vou dar apenas um exemplo para vocês: a Transnordestina, que é uma ferrovia de 1.720 quilômetros que liga o Porto de Suape, em Pernambuco, ao Porto de Pecém, no Ceará, e vai até Eliseu Martins, no Piauí, buscar carga de soja do Piauí, essa ferrovia, nós levamos cinco anos construindo a engenharia política, financeira e vencendo todos os processos de impedimento das instituições de fiscalização no Brasil, porque nós criamos muitas instituições de fiscalização. Ora aparece uma borboleta que está em extinção, então tem que parar a obra para estudar a borboleta; ora é uma perereca que aparece ali, no meio; ora é um... É um negócio que... Até vou pedir, Zimmermann, para os ministros descreverem todas as coisas hilariantes. Ora é uma pedra que parece uma machadinha indígena, então tem que parar, e a obra fica parada seis meses para o antropólogo estudar o que é aquela pedra. E assim vai... Ora aparece um osso e para para estudar mais seis meses, e assim vai. Obras que ficam três, quatro anos paralisadas, ninguém assume responsabilidade pela paralisação e ninguém assume responsabilidade pelo prejuízo que o país tem com essas coisas. As pessoas apenas dizem: “Olha, não era o que eu pensava”, e fim de papo.



Então, o Brasil, apesar disso, vocês empresários sabem, os trabalhadores e a imprensa, que o Brasil, depois do governo Geisel, não tinha mais conseguido investir em infraestrutura. O último exemplo de investimento em infraestrutura foi no governo Geisel que combinou com o endividamento do Brasil. Ou seja, petrodólares muito baratos, eurodólares muito baratos. O Geisel foi pegar, contra a vontade do Mário Henrique Simonsen, o Geisel resolveu fazer grandes coisas, só que ele não se lembrou que tinha que pagar, e quando o Figueiredo toma posse, começa a ter que pagar a dívida. O Paul Volcker, que era o presidente do Banco Central americano, para resolver o problema do déficit fiscal americano, elevou os juros de 3% para 21% – portanto, a nossa dívida estourou –, e aí nós tivemos 1980, 1990 e praticamente até 2002 com o Brasil totalmente impossibilitado de fazer investimento.

Nós, hoje, estamos fazendo mais investimento do que em qualquer outro momento da história, e eu sei que falta muito fazer. Hoje, nós pagamos por mês aquilo que o Ministério dos Transportes tinha de orçamento por ano. Hoje nós pagamos por mês, com uma vantagem: nós pagamos em dia, nós contratamos e pagamos e, quando fazemos convênios com os prefeitos, o dinheiro é depositado nas contas dos prefeitos. Nós não ficamos esperando que os prefeitos vão toda semana, com chapeuzinho, pedir ajuda, não. E falo aqui na frente de prefeitos que não são do PT que, portanto, são prefeitos de outros partidos de oposição e que eu duvido que tenha no Brasil um prefeito que diga: “O presidente Lula não me deu R\$ 10,00 porque eu sou de outro partido político”. Às vezes... às vezes, o que eu ouço... às vezes, o que eu ouço são companheiros do meu partido dizendo que eu privilegio os outros porque sou muito republicano.

Mas o dado concreto, o dado concreto é que o Brasil vive um momento mágico que todos nós ajudamos a construir, ou seja, nós estamos em uma situação altamente privilegiada. Eu jamais... acho que qualquer um de vocês



[jamais] imaginou que o Brasil iria ter mais de US\$ 260 bilhões de reservas, jamais vocês imaginaram que o Brasil ia ter trabalhador se aposentando em meia hora. Hoje o trabalhador brasileiro não precisa mais levar um pacote de documentos para se aposentar; ele recebe uma carta na casa dele dizendo: “Meu caro, meu caro Lula, o senhor completou 36 anos de contribuição. Sua aposentadoria é tanto; pode aparecer na agência tal e receber a sua aposentadoria”. Isso, em meia hora. Já temos, Hélio, já temos 5 milhões... já temos 5 milhões de trabalhadores rurais cadastrados, que também não vão ter que apresentar nenhum documento, vão receber uma cartinha dizendo: “Seu Hélio, o senhor completou seu tempo de idade, 60 anos. O senhor pode comparecer à agência tal, sua aposentadoria será de tanto e você pode se aposentar”.

Auxílio-natalidade, que as mulheres demoravam até 120 dias depois de ter o bebê, se vacilar, ela está recebendo até antes de nascer, de tão rápido que é. Vocês nunca mais viram um radialista falar de fila de INSS. Hoje, qualquer consulta, qualquer consulta... eu estou meio chateado porque os peritos entraram em greve: eles ganhavam R\$ 2 mil, nós estamos pagando 14 [mil], portanto, não há nenhuma razão de fazerem greve. Nenhuma. Mas entraram em greve porque querem reduzir a jornada de trabalho. Eu estou achando muito engraçado: no Brasil, as pessoas querem trabalhar 30, 20; daqui a pouco, as pessoas querem ganhar sem trabalhar. É preciso que as pessoas levem em conta... Agora virou mania, todo mundo quer trabalhar 30 horas; enquanto isso, o Presidente trabalha 18, 19, 20.

Então, eu acho... mas hoje você marca... hoje você marca uma consulta médica em um perito – quando eles terminarem a greve – no máximo em três dias. Antigamente demorava nove meses. Por que demorava nove meses? A empresa mandava o trabalhador – os primeiros 15 dias é a empresa que paga. Aí mandava para a Previdência, e aí o trabalhador, para voltar a trabalhar, ele tinha que ir ao perito. Como não tinha perito, ele ficava nove meses recebendo



benefício da Previdência, sem ter o exame para saber se ele estava bom ou não.

Então, tudo isso acabou, e eu acho que vocês podem ter certeza do seguinte: não há nenhuma possibilidade do Brasil voltar atrás. Eu, quando venho ver uma feira dessa, Wagner, o que me chama a atenção é a evolução tecnológica a cada ano; o que me chama a atenção é que hoje nós não devemos nada a absolutamente ninguém do ponto de vista dos avanços tecnológicos. Um país que tem uma indústria capaz de produzir essa qualidade de máquina, um país que tem uma Embrapa, um país que tem a quantidade de solo que nós temos, a quantidade de fotossíntese que nós temos, tem medo do que? Nós não temos que ter medo de disputar com ninguém o mercado agrícola. É por isso que, nesta semana, eu não sei se vocês viram, uma revista americana publica... inglesa, se não me falha a memória. Foi a Newsweek, publica que o Brasil é o dono da cocada nessa questão agrícola, quando o mundo está precisando de alimentos.

Por isso eu quero dar os parabéns aos realizadores desta feira, dar os parabéns aos trabalhadores e dizer a vocês que saio daqui graduado. Depois eu vou entrar na Justiça para receber o salário de embaixador do setor.

Um abraço, gente, que Deus nos abençoe!

(\$211A)